

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA
31/12/2019

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em reais)

Senhores cooperados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2019 da **SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA - COOPERATIVA DE CRÉDITO**, na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 11/03/2019 o SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA completou 26 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2019, o SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA obteve um resultado de R\$ 6.772.003,17 antes das destinações, representando um retorno anual de 13,64% sobre o patrimônio líquido.

3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 68.448.167,64. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 238.332.328,89 líquida de provisões.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira comercial	238.332.328,89	100,00%
--------------------	----------------	---------

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de **25,25%** da carteira, no montante de R\$ 63.798.428,64.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 274.119.744,79, apresentaram um decréscimo em relação ao mesmo período do exercício anterior de 1,52%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à vista	58.671.244,31	21,40%
Depósitos sob aviso	2.342.598,84	0,85%
Depósitos a prazo	213.105.901,64	77,74%

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 18,83% da captação, no montante de R\$ 51.603.205,60.

5. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA era de R\$ 43.674.649,00. O quadro de cooperados era composto por 9.919 cooperados, havendo um acréscimo de 1,28% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 87,47% nos níveis de "AA" a "C".

7. Conselho Fiscal

Eleito a cada 03 anos na Assembleia, os Conselheiros Fiscais tem mandato até a AGO de 2020. O Conselho Fiscal tem função complementar à do conselho de administração ou da diretoria. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

8. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe da Unimais Mantiqueira aderiram, no ato da admissão, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas da Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

9. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2019, a ouvidoria do SICOOB MANTIQUEIRA registrou 63 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 63 reclamações, 26 foram consideradas procedentes e 37 improcedentes, resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.
Taubaté (SP), 28 de fevereiro de 2020.

Conselho de Administração e Diretoria

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em reais)

SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA - COOPERATIVA DE CRÉDITO
CNPJ nº 71.698.674/0001-50

Ativo	Notas	31-dez-19	31-dez-18	Passivo	Notas	31-dez-19	31-dez-18
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	4	5.943.517,86	5.924.906,68	Depósitos à vista, sob aviso e a prazo	11	272.151.649,44	276.360.992,16
Relações interfinanceiras	4	68.448.167,64	93.563.847,51	Relações interdependências	12	972.000,00	1.418.000,00
Operações de crédito	5	102.449.978,71	89.925.491,87	Obrigações por empréstimos e repasses	13	14.000.000,00	807.173,39
(-) Provisão operações de crédito	5	(6.189.113,79)	(6.481.228,57)	Cobrança e Arrecadações de Tributos	14	49.210,32	72.618,50
Outros créditos	6	1.912.196,62	1.101.892,00	Obrigações sociais e estatutárias	14.1	2.728.035,91	1.238.836,20
Outros valores e bens	7	14.506.248,89	16.664.987,85	Obrigações fiscais e previdenciárias	14.2	1.369.668,79	726.823,32
				Obrigações diversas	14.3	3.327.361,91	3.452.678,52
Total do ativo circulante		<u>187.070.995,93</u>	<u>200.699.897,34</u>	Total do passivo circulante		<u>294.597.926,37</u>	<u>284.077.122,09</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a Longo Prazo				Exigível a Longo Prazo			
Operações de crédito	5	150.248.176,48	114.688.691,95	Depósitos a prazo	11	1.968.095,35	1.003,69
(-) Provisão operações de crédito	5	(8.176.712,51)	(9.684.308,34)	Obrigações por empréstimos e repasses	13	-	1.143.280,00
Outros créditos	6	3.431.596,40	2.633.584,89	Diversas	14.3	1.599.158,55	1.798.040,00
				Resultado Exercícios Futuros		37.561,62	44.219,17
Total do realizável a longo prazo		<u>145.503.060,37</u>	<u>107.637.968,50</u>	Total do passivo não circulante		<u>3.604.815,52</u>	<u>2.986.542,86</u>
Permanente				Patrimônio líquido			
Investimentos	8	7.676.354,28	6.405.811,18	Capital social	16.a	43.674.649,00	33.579.129,52
Imobilizações de uso	9	11.467.546,92	9.067.062,29	Reserva Legal	16.b.c	7.720.384,32	4.334.382,74
(-) Depreciação acumulada	9	(3.896.596,15)	(3.528.870,05)	Perdas da cooperativa Incorporada	16.d	(4.819.375,82)	(5.220.760,18)
Intangível	10	97.937,87	179.161,32	Sobras ou perdas acumuladas	16.f	3.047.401,43	546.850,93
(-) Amortização acumulada	10	(93.498,40)	(157.762,62)				
Total do permanente		<u>15.251.744,52</u>	<u>11.965.402,12</u>	Total do patrimônio líquido		<u>49.623.058,93</u>	<u>33.239.603,01</u>
Total do ativo não circulante		<u>160.754.804,89</u>	<u>119.603.370,62</u>				
Total do ativo		<u>347.825.800,82</u>	<u>320.303.267,96</u>	Total do passivo		<u>347.825.800,82</u>	<u>320.303.267,96</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das sobras ou perdas				
(Em reais)				
SICOOB UNIMAIAS MANTIQUEIRA - COOPERATIVA DE CRÉDITO				
CNPJ nº 71.698.674/0001-50				
	Notas	2º Semestre de 2019	31-dez-19	31-dez-18
Ingressos e receitas da intermediação financeira				
Operações de crédito	17	27.887.324,70	54.670.186,17	49.111.758,39
		27.887.324,70	54.670.186,17	49.111.758,39
Dispêndios e despesas da intermediação financeira				
Operações de captação no mercado	18.a	(6.907.050,41)	(14.507.391,23)	(13.522.231,09)
Operações de Empréstimos e Repasses		(78.666,40)	(135.215,00)	(147.451,40)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(3.843.876,01)	(8.982.310,78)	(9.857.729,22)
	18	(10.829.592,82)	(23.624.917,01)	(23.527.411,71)
Resultado bruto da intermediação financeira		17.057.731,88	31.045.269,16	25.584.346,68
Outros ingressos, receitas/dispêndios e despesas operacionais				
Ingressos e receitas de prestação de serviços		4.920.849,77	8.893.144,19	6.305.550,51
Dispêndios e despesas de pessoal	19	(9.496.486,68)	(18.281.876,18)	(16.375.724,71)
Outros dispêndios e despesas administrativas	20	(9.038.064,00)	(17.721.374,97)	(15.662.077,96)
Dispêndios e despesas tributárias	21	(426.061,73)	(648.920,61)	(362.360,02)
Ingressos de depósitos intercooperativos	4	2.744.741,75	6.262.636,45	6.794.625,45
Outros ingressos e rendas operacionais	22	2.943.163,80	4.546.434,29	2.106.323,81
Outros dispêndios e despesas operacionais	23	(2.583.978,66)	(4.809.379,99)	(4.148.255,81)
		(10.935.835,75)	(21.759.336,82)	(21.341.918,73)
Resultado operacional		6.121.896,13	9.285.932,34	4.242.427,95
Resultado não operacional				
Receitas não operacionais		18.604,31	66.164,37	1.260.311,55
Despesas não operacionais		(135.253,38)	(309.806,05)	(363.660,06)
	24	(116.649,07)	(243.641,68)	896.651,49
Resultado antes da tributação e das participações		6.005.247,06	9.042.290,66	5.139.079,44
Imposto de renda e contribuição social		(800.475,77)	(959.658,22)	(875.353,15)
Participação de funcionários	14.1	(992.201,23)	(1.310.629,27)	(1.008.906,18)
Resultado antes dos juros ao capital e das destinações estatutárias		4.212.570,06	6.772.003,17	3.254.820,11
Juros ao capital		-	-	(2.039.595,81)
Resultado antes das destinações estatutárias		4.212.570,06	6.772.003,17	1.215.224,30
F A T E S - Atos cooperativos	16.f	-	(338.600,16)	(60.761,22)
Reserva Legal	16.f	-	(2.031.600,95)	(364.567,29)
Reserva de Contingência	16.f	-	(1.354.400,63)	(243.044,86)
Sobras ou perdas líquidas do exercício/semestre		4.212.570,06	3.047.401,43	546.850,93

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das mutações do patrimônio líquido					
(Em reais)					
SICOOB UNIMAI S MANTIQUEIRA - COOPERATIVA DE CRÉDITO					
CNPJ nº 71.698.674/0001-50					
	<u>Capital Subscrito</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Reserva de Contingências</u>	<u>Sobras ou Perdas Acumuladas</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31/12/2017	31.583.074,41	3.068.403,42	-	(5.061.864,26)	29.589.613,57
Destinação das sobras exercício anterior					
Constituição de Reservas	-	-	658.367,17	(658.367,17)	-
Ao Capital	1.810.509,49	-	-	(1.810.509,49)	-
Deságio de cotas conforme Ofício Eletrônico do Bacen nº 118024423 pelos associados da incorporada aprovado na AGE 23/04/2018	(2.166.141,74)	-	-	2.166.141,74	-
Movimentação de Capital					
Rateio de perdas do exercício anterior - incorporação	-	-	-	143.839,00	143.839,00
Integralização/subscrição de capital	3.559.592,00	-	-	-	3.559.592,00
(-) Devolução de capital	(3.228.785,00)	-	-	-	(3.228.785,00)
Remuneração de Juros ao Capital:					
Integralização de Juros ao Capital	2.039.595,81	-	-	-	2.039.595,81
IRRF sobre Juros ao Capital	(18.715,45)	-	-	-	(18.715,45)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	1.215.224,30	1.215.224,30
Destinação das sobras aos fundos obrigatórios:					
F A T E S - Atos cooperativos	-	-	-	(60.761,22)	(60.761,22)
Reserva Legal	-	364.567,29	-	(364.567,29)	-
Reserva de Contingência	-	-	243.044,86	(243.044,86)	-
Saldos em 31/12/2018	33.579.129,52	3.432.970,71	901.412,03	(4.673.909,25)	33.239.603,01
Destinação de Sobras Exercício Anterior					
Em c/c de Associados	-	-	-	(546.850,93)	(546.850,93)
Rateio de perdas do exercício anterior - incorporação	-	-	-	401.384,36	401.384,36
Integralização/subscrição de capital	13.291.342,92	-	-	-	13.291.342,92
(-) Devolução de capital	(3.195.823,44)	-	-	-	(3.195.823,44)
Destinação das sobras aos fundos obrigatórios					
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	6.772.003,17	6.772.003,17
F A T E S - Atos cooperativos	-	-	-	(338.600,16)	(338.600,16)
Reserva Legal	-	2.031.600,95	-	(2.031.600,95)	-
Reserva de Contingência	-	-	1.354.400,63	(1.354.400,63)	-
Saldos em 31/12/2019	43.674.649,00	5.464.571,66	2.255.812,66	(1.771.974,39)	49.623.058,93
Saldo em 30/06/2019	37.559.600,34	3.432.970,71	901.412,03	(2.313.769,83)	39.580.213,25
Movimentação de Capital					
Rateio de perdas do exercício anterior - incorporação	-	-	-	53.827,12	53.827,12
Integralização/subscrição de capital	7.753.112,91	-	-	-	7.753.112,91
(-) Devolução de capital	(1.638.064,25)	-	-	-	(1.638.064,25)
Destinação das sobras aos fundos obrigatórios					
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	4.212.570,06	4.212.570,06
F A T E S - Atos cooperativos	-	-	-	(338.600,16)	(338.600,16)
Reserva Legal	-	2.031.600,95	-	(2.031.600,95)	-
Reserva de Contingência	-	-	1.354.400,63	(1.354.400,63)	-
Saldos em 31/12/2019	43.674.649,00	5.464.571,66	2.255.812,66	(1.771.974,39)	49.623.058,93

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos fluxos de caixa (Em reais)			
SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA - COOPERATIVA DE CRÉDITO CNPJ nº 71.698.674/0001-50			
	2º Semestre de	31/12/2019	31/12/2018
	2019		
Atividades operacionais			
Sobras (perdas) do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	6.005.247,06	9.231.290,66	5.139.079,44
Ajustes por:			
IRPJ/CSLL	(800.475,77)	(959.658,22)	(875.353,15)
Participação no Lucro (sobra)	(992.201,23)	(1.310.629,27)	(1.008.906,18)
Provisão para operações de crédito	(2.493.385,40)	(1.799.710,61)	1.765.148,44
Provisão de Juros ao Capital	-	(189.000,00)	(2.039.595,81)
Baixa do ativo permanente	43.634,66	43.634,66	-
Depreciações e Amortizações	533.441,83	1.153.639,93	892.017,15
	2.296.261,15	6.169.567,15	3.872.389,89
Varição nos ativos e passivos			
Operações de crédito	(41.263.985,70)	(48.083.971,37)	(66.732.483,50)
Outros créditos	(573.983,22)	(1.608.316,13)	536.924,10
Outros valores e bens	(669.633,79)	2.158.738,96	1.613.218,30
Depósitos	(23.176.530,50)	(2.242.251,06)	44.804.785,45
Relações interdependência	972.000,00	(446.000,00)	1.418.000,00
Obrigações por empréstimos e repasses	12.460.366,29	12.049.546,61	(607.056,76)
Outras obrigações	1.108.807,74	1.784.438,94	1.562.920,97
Receitas de exercícios futuros	23.095,88	(6.657,55)	44.219,17
	(51.119.863,30)	(36.394.471,60)	(17.359.472,27)
Caixa gerado nas operações	(48.823.602,15)	(30.224.904,45)	(13.487.082,38)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aportes de capital em investimento	(1.270.543,10)	(1.270.543,10)	(258.300,00)
Aquisições de imobilizações de uso	(2.349.181,38)	(3.213.073,89)	(2.074.633,00)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.619.724,48)	(4.483.616,99)	(2.332.933,00)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento por novos aportes de capital	7.753.112,91	13.291.342,92	3.559.592,00
Devolução de capital à cooperados	(1.638.064,25)	(3.195.823,44)	(3.228.785,00)
Rateio de perdas do exercício anterior - incorporação	53.827,12	401.384,36	143.839,00
Destinação de sobras de exercício anterior	-	(546.850,93)	-
Subscrição do juros ao capital	-	-	2.039.595,81
IRRF sobre juros ao capital	-	-	(18.715,45)
FATES - Sobras do exercício	(338.600,16)	(338.600,16)	(60.761,22)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	5.830.275,62	9.611.452,75	2.434.765,14
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	(46.613.051,01)	(25.097.068,69)	(13.385.250,24)
No início do período - Nota 4	121.004.736,51	99.488.754,19	112.874.004,43
No fim do período - Nota 4	74.391.685,50	74.391.685,50	99.488.754,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA COOPERATIVA DE CRÉDITO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em Reais)

1. Contexto Operacional

A **SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA COOPERATIVA DE CREDITO - SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **11/03/1993**, filiada à **CCE E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS – SICOOB UNIMAIS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA** possui **19** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP, TAUBATÉ - SP, CAMPOS DO JORDÃO - SP, PINDAMONHANGABA - SP, ARARAS - SP, LEME - SP, CONCHAL - SP, PIRASSUNUNGA - SP, LIMEIRA - SP, PORTO FERREIRA - SP, BAURU - SP, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP, ARAÇATUBA - SP, JACAREÍ - SP, GUARATINGUETÁ - SP, MARÍLIA - SP e CARAGUATATUBA - SP.**

O **SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 03/02/2020.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.



Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015; Variação Cambial – Resolução nº 4.524/2016; Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016; Imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/2016.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em



aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNIMAIS**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:



- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários (a)	5.943.517,86	5.924.906,68
Relações interfinanceiras - centralização financeira (b)	68.448.167,64	93.563.847,51
TOTAL	74.391.685,50	99.488.754,19

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Bancoob com remuneração entre 98% e 101% do CDI.
- (b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL UNIMAIS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

A remuneração média da Centralização Financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de 102,86% (2018 – 104,17%) do CDI e sua liquidez é imediata, desde que a cooperativa filiada mantenha 20% do saldo médio dos seus depósitos junto ao Sicoob Unimaís. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a remuneração da centralização financeira foi de R\$ 6.262.636,45 (2018 - R\$ 6.794.625,45), respectivamente, registrada no grupo "Ingresso de Depósitos Intercooperativos" da demonstração das sobras ou perdas.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	91.325.174,69	126.340.209,80	217.665.384,49	168.290.993,87
Financiamentos	11.124.804,02	23.907.966,68	35.032.770,70	36.323.189,95
Total de Operações de Crédito	102.449.978,71	150.248.176,48	252.698.155,19	204.614.183,82
(-) Provisões para Operações de Crédito	(6.189.113,79)	(8.176.712,51)	(14.365.826,30)	(16.165.536,91)
TOTAL	96.260.864,92	142.071.463,97	238.332.328,89	188.448.646,91

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA - Normal	16.671.363,23	1.169.196,53	17.840.559,76	-	22.806.030,91	-
A 0,5% Normal	57.423.815,00	9.354.852,47	66.778.667,47	(333.893,34)	69.138.601,50	(345.693,01)
B 1% Normal	65.129.221,39	14.102.380,19	79.231.601,58	(792.316,02)	37.715.263,90	(377.152,64)
B 1% Vencidas	445.326,38	-	445.326,38	(4.453,26)	777.657,99	(7.776,58)
C 3% Normal	43.390.093,02	7.733.284,74	51.123.377,76	(1.533.703,06)	38.268.285,85	(1.148.048,58)
C 3% Vencidas	5.586.439,16	23.452,16	5.609.891,32	(168.296,74)	2.215.514,40	(66.465,43)
D 10% Normal	11.973.008,98	1.535.286,42	13.508.295,40	(1.350.829,54)	11.029.045,77	(1.102.904,58)
D 10% Vencidas	1.755.350,87	406.662,85	2.162.013,72	(216.201,37)	1.875.135,35	(187.513,54)
E 30% Normal	3.299.728,96	277.481,53	3.577.210,49	(1.073.163,15)	3.662.935,84	(1.098.880,75)
E 30% Vencidas	1.411.804,20	172.375,02	1.584.179,22	(475.253,77)	2.586.436,42	(775.930,93)
F 50% Normal	943.224,70	28.698,51	971.923,21	(485.961,61)	1.541.311,11	(770.655,56)



F	50%	Vencidas	2.564.005,33	140.004,52	2.704.009,85	(1.352.004,93)	3.216.480,52	(1.608.240,26)
G	70%	Normal	767.749,30	0,00	767.749,30	(537.424,51)	1.961.989,88	(1.373.392,92)
G	70%	Vencidas	1.147.906,58	22.175,85	1.170.082,43	(819.057,70)	1.722.048,76	(1.205.434,13)
H	100%	Normal	1.580.168,19	54.784,37	1.634.952,56	(1.634.952,56)	1.756.701,66	(1.756.701,66)
H	100%	Vencidas	3.576.179,20	12.135,54	3.588.314,74	(3.588.314,74)	4.340.743,96	(4.340.746,34)
Total Normal			201.178.372,77	34.255.964,76	235.434.337,53	(7.742.243,79)	187.880.166,42	(7.973.429,70)
Total Vencidos			16.487.011,72	776.805,94	17.263.817,66	(6.623.582,51)	16.734.017,40	(8.192.104,83)
Total Geral			217.665.384,49	35.032.770,70	252.698.155,19	(14.365.826,30)	204.614.183,82	(16.165.536,91)
Provisões			(13.449.379,69)	(916.446,61)	(14.365.826,30)		(16.165.536,91)	
Total Líquido			204.216.004,80	34.116.324,09	238.332.328,89		188.448.646,91	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	50.446.378,84	40.878.795,85	126.340.209,80	217.665.384,49
Financiamentos	3.090.573,89	8.034.230,13	23.907.966,68	35.032.770,70
TOTAL	53.536.952,73	48.913.025,98	150.248.176,48	252.698.155,19

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado – Comércio	51.865.951,56	5.312.951,68	57.178.903,24	22,63%
Setor Privado – Indústria	2.670.792,90	296.458,69	2.967.251,59	1,17%
Setor Privado – Serviços	117.388.383,97	17.448.695,13	134.837.079,10	53,36%
Pessoa Física	45.625.888,32	11.974.665,20	57.600.553,52	22,79%
Outros	114.367,74	-	114.367,74	0,05%
TOTAL	217.665.384,49	35.032.770,70	252.698.155,19	100,00%

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	4.503.130,35	1,78%	4.148.513,25	2,03%
10 Maiores Devedores	38.172.780,04	15,11%	30.210.783,06	14,75%
50 Maiores Devedores	104.419.660,57	41,32%	74.152.192,91	36,21%

f) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	24.377.585,08	19.465.852,36
Valor das operações transferidas no período	10.039.241,89	7.724.750,45
Valor das operações recuperadas no período	(1.247.332,91)	(2.158.198,43)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(954.672,46)	(654.819,30)
TOTAL	32.214.821,60	24.377.585,08

g) Operações renegociadas:

Em **31/12/2019** as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de **R\$ 20.923.888,79**, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	
Avais e Fianças Honrados (a)	466.316,08	-	308.167,75
Rendas a Receber			
Serviços prestados a receber (b)	352.413,68	-	282.893,17
Outras rendas a receber	18.973,42	-	28.265,54
Diversos			
Adiantamentos e antecipações salariais	113.669,26	-	97.168,46
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	296.848,91	-	8.193,40
Devedores por compra de valores e bens (c)	789.663,92	1.485.502,92	2.002.666,76
Devedores por depósitos em garantia (d)	-	1.946.093,48	1.122.418,40
Impostos e contribuições a compensar	1.143,56	-	8.700,40
Imposto de renda a recuperar	470,11	-	-
Pagamentos a ressarcir	186,08	-	-
Títulos e créditos a receber	94.518,20	-	61.847,87
Devedores diversos – país (e)	140.214,69	-	56.692,36
(-) Provisões para outros créditos			
(-) Com características de concessão de crédito (f)	(362.221,29)	-	(241.537,22)
TOTAL	1.912.196,62	3.431.596,40	3.735.476,89

(a) Avais e fianças honrados, em razão das operações realizadas com cartões de crédito não liquidados pelos cooperados e honrados pela cooperativa, após o prazo concedido pelo Bancoob.

(b) Refere-se a rendas a receber sobre serviços prestados para concessionárias diversas.

(c) Rubrica encontra-se segregada entre curto e longo prazo e refere-se a venda de bens não de uso próprio.

(d) Refere-se a depósitos judiciais referente às autuações da Secretaria da Receita Federal referentes à incidência do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, sobre a inclusão dos ingressos decorrentes de atos cooperativos na base de cálculo de apuração desses tributos. Os saldos dos depósitos judiciais são corrigidos monetariamente, sendo: PIS R\$ 200.141,30, IRPJ R\$ 782.934,11 outros depósitos R\$ 963.018,07.

(e) Refere-se a diferença de caixa no valor de R\$ 99,78, Pendências a regularizar no valor de R\$ 125.781,27 e Pendências a regularizar Bancoob no valor de R\$ 14.333,64.

(f) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
A 0,5% Normal	-	1.330.666,84	1.330.666,84	(6.653,38)	970.666,76	(4.853,33)
B 1% Normal	-	384.500,00	384.500,00	(3.845,00)	1.032.000,00	(10.320,00)
C 3% Normal	-	560.000,00	560.000,00	(16.800,00)	-	-
E 30% Normal	68.220,21	-	68.220,21	(20.466,06)	55.660,59	(16.698,18)
E 30% Vencidas	61.904,55	-	61.904,55	(18.571,37)	33.178,05	(9.953,42)
F 50% Vencidas	58.095,18	-	58.095,18	(29.047,59)	16.075,57	(8.037,79)
G 70% Normal	8.154,35	-	8.154,35	(5.708,05)	2.700,11	(1.890,08)
G 70% Vencidas	29.373,15	-	29.373,15	(20.561,20)	35.896,66	(25.127,66)
H 100% Vencidas	240.568,64	-	240.568,64	(240.568,64)	164.656,77	(164.656,77)



Total Normal	76.374,56	2.275.166,84	2.351.541,40	(53.472,49)	2.061.027,46	(33.761,58)
Total Vencidos	389.941,52	-	389.941,52	(308.748,80)	249.807,05	(207.775,64)
Total Geral	466.316,08	2.275.166,84	2.741.482,92	(362.221,29)	2.310.834,51	(241.537,22)
Provisões	(334.922,96)	(27.298,33)	(362.221,29)		(241.537,22)	
Total Líquido	131.393,17	2.247.868,51	2.379.261,68		2.069.297,29	

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens Não de Uso Próprio (a)	14.195.256,77	15.970.125,16
Despesas Antecipadas (b)	310.992,12	694.862,69
Total	14.506.248,89	16.664.987,85

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Em agosto de 2019, a cooperativa contratou empresa especializada, de forma autônoma, sem vínculo empregatício e qualquer espécie de subordinação, para executar as avaliações e reavaliações dos bens, em consonância aos normativos do Sicoob e do Bacen. Esse processo ainda está em execução.

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, vale refeição e alimentação e outros.

8. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2019** e de **2018**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito	7.676.354,28	6.405.811,18
TOTAL	7.676.354,28	6.405.811,18

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Imobilizado em Curso (a)		2.237.798,63	488.503,89
Terrenos		160.127,49	160.127,49
Edificações	4%	763.304,69	763.304,69
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(532.571,92)	(500.123,18)
Instalações	10%	3.352.269,68	2.892.506,65
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(1.059.467,90)	(770.242,37)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	2.548.074,56	2.341.349,12
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(904.416,66)	(773.907,72)
Sistema de Comunicação	20%	-	8.146,00
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.047.307,79	2.141.057,15
Sistema de Segurança	10%	128.149,08	113.397,90
Sistema de Transporte	20%	230.515,00	158.669,40
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(1.400.139,67)	(1.484.596,78)
TOTAL		7.570.950,77	5.538.192,24



(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas. Os investimentos referem-se substancialmente as benfeitorias na nova unidade administrativa e no PA do município de Araçatuba-SP.

10. Intangível

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Outros Ativos Intangíveis	20%	97.937,87	179.161,32
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis		(93.498,40)	(157.762,62)
TOTAL		4.439,47	21.398,70

O intangível refere-se a contrato de cessão para utilização de licenças do software SISBR.

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Depósito à Vista	58.671.244,31	50.104.068,37
Depósito Sob Aviso	2.342.598,84	2.558.919,62
Depósito a Prazo	213.105.901,64	223.699.007,86
TOTAL	274.119.744,79	276.361.995,85

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	8.369.877,43	3,05%	30.113.099,38	11,00%
10 Maiores Depositantes	34.330.485,03	12,52%	54.823.527,55	20,02%
50 Maiores Depositantes	83.000.133,72	30,28%	106.634.310,58	38,95%

12. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	2019	2018
Ordens de Pagamento (a)	972.000,00	1.418.000,00
TOTAL	972.000,00	1.418.000,00

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

13. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas



modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2019	31/12/2018
Cooperativa Central – Contrato 53-6	105% CDI	11/2020	7.000.000,00	-
Cooperativa Central – Contrato 54-3	105% CDI	12/2020	7.000.000,00	-
Cooperativa Central – Contrato 8-4	100% CDI	-	-	351.772,55
Cooperativa Central – Contrato 11-7	100% CDI	-	-	1.598.528,82
Bradesco	-	-	-	152,02
Total			14.000.000,00	1.950.453,39

14. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrec. de Tributos e Assemelhados	49.210,32	-	72.618,50	-
Sociais e Estatutárias	2.728.035,91	-	1.238.836,20	-
Fiscais e Previdenciárias	1.369.668,79	-	726.823,32	-
Diversas	3.327.361,91	1.599.158,55	3.452.678,52	1.798.040,00
TOTAL	7.474.276,93	1.599.158,55	5.490.956,54	1.798.040,00

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado de Atos com Associados (a)	338.600,16	60.761,22
Gratificações e Participações a Pagar (b)	991.830,45	-
Cotas de Capital a Pagar (c)	1.397.605,30	1.178.074,98
TOTAL	2.728.035,91	1.238.836,20

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Gratificações e participações a pagar, refere-se à Participação nas sobras de colaboradores e diretores, sendo que essa participação foi calculada com base em atingimento de metas estabelecidas.

(c) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	668.895,07	-
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	53.276,68	32.272,88
Impostos e Contribuições sobre Salários	570.138,75	565.856,84
Impostos a recolher sobre aplicação financeira, PIS e COFINS	77.358,29	128.693,60
TOTAL	1.369.668,79	726.823,32

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cheques Administrativos	11.950,00	-	-	-
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	142.383,80	-	617.374,67	-
Obrigações de Pag. em nome de Terceiros	16.876,59	-	12.572,76	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	2.462.608,57	-	1.482.297,60	-
Provisão para Passivos Contingentes (b)	-	1.599.158,55	-	1.798.040,00
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	433.797,87	-	473.316,50	-
Credores Diversos – País (d)	259.745,08	-	867.116,99	-
TOTAL	3.327.361,91	1.599.158,55	3.452.678,52	1.798.040,00

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com salários, férias no valor de R\$ 1.700.841,41 e provisões para despesas administrativas no valor de R\$ 761.767,16.

(b) Referem-se a provisão para processos judiciais em andamento, classificados pelos advogados como prováveis perdas, nos termos do CPC 25. A provisão para riscos fiscais de R\$ 1.470.711,27, e trabalhista de R\$ 128.447,28, para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável, considerando a avaliação dos assessores jurídicos, vide nota nº 32.

(c) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2019**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 22.621.538,27 (R\$ 19.538.375,97 em **31/12/2018**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(d) Referem-se a pendências a regularizar no valor de R\$ 2.709,67, diferença de caixa de R\$ 1.794,61, pendências a regularizar no valor de R\$ 15.296,58, créditos de terceiros de R\$ 18.931,92, compromisso pela integralização de capital de R\$ 536,00, taxas de gravames a repassar no valor de R\$ 16.830,59 e cheques depositados de R\$ 203.645,71.

15. Instrumentos financeiros

O **SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de **2019**, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 10.095.519,48**.



Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	43.674.649,00	33.579.129,52
Associados	9.919	9.703

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva de contingência

Em consonância com o item V do artigo 28 da Lei 5.764/71 e Estatuto Social, foi apresentada na Assembleia Geral Ordinária, em 23/04/2018, a proposta de Constituição de Fundo de Contingência, que tem como objetivo proteger o patrimônio dos cooperados, em caso de eventos de risco não estimados, tendo em vista o cenário atual da economia, com inflação e juros altos, majoração e criação de impostos, que podem gerar um aumento inesperado da inadimplência ou de ações de recuperação judicial por parte de empresas em dificuldades, por novas exigências e questionamentos da Secretaria da Receita Federal, fraudes, perdas etc.

Formação: 20% (vinte por cento) das sobras brutas apuradas, após o pagamento dos juros ao capital, dos exercícios de 2017, 2018 e 2019.

Aplicação: Eventos não esperados de risco operacional, socioambiental, crédito, mercado e de liquidez.

Liquidação: Dos valores destinados e não utilizados, serão revertidos para o Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES ou Fundo de Reserva Legal ou outra destinação que porventura a Assembleia Geral Ordinária de 2020, venha a estabelecer.

d) Perdas Rateadas

Conforme Assembleia Geral realizada em 01/11/2017, foi deliberado o rateio das perdas entre os associados da cooperativa SICOOB UNIMAIS ANHANGUERA, incorporada em 01/11/2017, relativa ao período de 01/01/2017 à 01/11/2017, que serão pagas em 5 anos por meio de compensação com sobras de exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo das perdas a serem rateadas correspondia ao montante de R\$ 4.819.375,82.

Descrição	Movimentação em perdas acumuladas
Perdas acumuladas até 11/2017 da cooperativa incorporada	(5.220.760,18)
Recebimentos de rateio das perdas da cooperativa incorporada	401.384,36
Saldo Final - Perdas Acumuladas da cooperativa incorporada	(4.819.375,82)

e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 23 de abril de 2019, das sobras de R\$ 546.850,93 do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os cooperados deliberaram pelo pagamento em conta corrente.



f) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobra líquida do exercício	6.772.003,17	1.215.224,30
Destinações estatutárias	(3.724.601,74)	(668.373,37)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(338.600,16)	(60.671,22)
Reserva legal - 30%	(2.031.600,95)	(364.567,29)
Reserva de Contingência – 20%	(1.354.400,63)	(243.044,86)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	3.047.401,43	546.850,93

17. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	387.863,98	574.318,08
Rendas de Empréstimos	40.786.473,44	34.825.828,65
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	5.812.752,83	4.117.081,08
Rendas de Financiamentos	5.797.776,90	6.665.023,81
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.885.319,02	2.929.506,77
TOTAL	54.670.186,17	49.111.758,39

18. Dispendios da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas De Captação (a)	(14.507.391,23)	(13.522.231,09)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(135.215,00)	(147.451,40)
Provisões para Operações de Crédito	(15.955.605,09)	(9.575.801,51)
Provisões para Outros Créditos	(540.485,86)	(282.247,46)
Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	7.485.026,84	319,75
Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	28.753,33	-
TOTAL	(23.624.917,01)	(23.527.411,71)

(a) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(142.985,76)	(234.650,71)
Despesas de Depósitos a Prazo	(13.921.791,81)	(12.908.063,32)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(442.613,66)	(379.517,06)
TOTAL	(14.507.391,23)	(13.522.231,09)

19. Despesas de pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(90.294,78)	(89.826,32)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(992.320,38)	(969.768,51)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(3.445.092,50)	(3.070.921,76)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(3.611.966,05)	(3.209.972,54)
Despesas de Pessoal – Proventos	(10.039.422,95)	(8.921.557,35)
Despesas de Pessoal – Treinamento	(41.214,69)	(44.321,17)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(61.564,83)	(69.357,06)
TOTAL	(18.281.876,18)	(16.375.724,71)

20. Outros dispêndios administrativos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(337.958,90)	(286.893,38)
Despesas de Aluguéis	(1.563.761,36)	(1.103.436,83)
Despesas de Comunicações	(688.938,98)	(865.094,91)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(178.399,21)	(321.580,27)
Despesas de Material	(225.581,34)	(328.180,58)
Despesas de Processamento de Dados	(547.474,62)	(560.608,17)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(288.730,09)	(389.041,01)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(490.167,94)	(330.314,56)
Despesas de Publicações	(15.621,90)	-
Despesas de Seguros	(143.694,59)	(146.755,77)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(3.168.752,57)	(2.351.325,15)
Despesas de Serviços de Terceiros	(1.193.561,56)	(975.012,64)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.105.929,12)	(1.025.799,75)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(967.077,42)	(556.730,49)
Despesas de Transporte	(975.765,85)	(1.116.550,18)
Despesas de Viagem ao Exterior	(262,29)	(3.217,80)
Despesas de Viagem no País	(414.168,80)	(532.540,79)
Despesas de Multas Aplicadas pelo Banco Central	-	(35,86)
Despesas de Amortização	(5.938,43)	-
Despesas de Depreciação	(1.147.701,50)	(892.016,56)
Outras Despesas Administrativas (a)	(4.261.888,50)	(3.876.943,26)
TOTAL	(17.721.374,97)	(15.662.077,96)

(a) Refere-se à contabilização das seguintes despesas: Livros, jornais e revistas no valor de R\$ 2.751,90, Condomínio no valor de R\$ 89.255,36, Contribuição sindical patronal no valor de R\$ 36.179,88, Emolumentos judiciais e cartorários no valor de R\$ 590.518,36, Copa/Cozinha no valor de R\$ 77.525,90, Lanches e refeições no valor de R\$ 113.619,30, Uniformes e vestuários no valor de R\$ 21.620,01, Contribuição a OCE no valor de R\$ 71.743,31, Impostos, taxas no valor de R\$ 5.827,72, Rateio da Central no valor de R\$ 1.283.053,85, Microfilmagem de documentos no valor de R\$ 117.581,37, Assinatura de publicações técnicas no valor de R\$ 656,00, Representações no valor de R\$ 10.313,60, Ações judiciais no valor de R\$ 5.579,26, Materiais de limpeza no valor de R\$ 13.266,95, Rateio Sicoob Confederação no valor de R\$ 1.807.179,15 e outras despesas administrativas no valor de R\$ 15.216,58.

21. Despesas Tributárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas tributárias	(177.170,41)	(94.618,26)
Despesas de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(133.477,51)	(2.890,45)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(223.475,06)	(152.230,59)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(113.771,49)	(106.753,85)
Despesas de impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	(1.026,14)	(5.866,77)
Em Despesas de impostos e contribuições sobre lucros	-	(0,10)
TOTAL	(648.920,61)	(362.360,02)

22. Outros Ingressos/receitas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	138.589,14	94.038,39
Rendas de Créditos Específicos	-	134,00
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	1.642.261,20	-
Outras rendas operacionais (a)	2.954.583,95	2.012.151,42
TOTAL	4.735.434,29	2.106.323,81

(a) Referem-se a Rendas de juros de cartão de crédito no valor de R\$ 1.006.405,70, Rendas com multas por atraso de cartão de crédito no valor de R\$ 115.481,21, Crédito receita sipag –



faturamento no valor de R\$ 464.327,57, Crédito receita sipag – antecipação no valor de R\$ 956.078,05, Rendas intercâmbio – cartão de crédito e débito R\$ 334.647,05, Deduções e abatimentos no valor de R\$ 2.500,24 e Outras rendas no valor de R\$ 75.144,13.

23. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Op. de Crédito - Despesas de Desc. Concedidos em Renegociações	(927.970,98)	(1.218.214,25)
Outras Despesas Operacionais (a)	(2.992.325,12)	(1.936.629,89)
Descontos concedidos - operações de crédito	(68.922,83)	(581.132,56)
Cancelamento - tarifas pendentes	(165.215,53)	(120.176,90)
Despesas de Provisões	(654.945,53)	(292.102,21)
TOTAL	(4.809.379,99)	(4.148.255,81)

(a) Refere-se à contabilização das seguintes despesas: Bonificação de seguro prestamista no valor de R\$ 62.046,46, Multa e juros diversos no valor de R\$ 20.214,19, Tarifas de recebimento no valor de R\$ 1.253,28, Passivos trabalhistas no valor de R\$ 61.973,80, Passivos contingentes no valor de R\$ 693.191,57, Mensagens SMS – cartões no valor de R\$ 1.564,86, Taxa de recebimento convênio – CRA's cartórios no valor de R\$ 56.670,30, Perdas – fraudes externas no valor de R\$ 134.253,96, Perdas – interrupção das atividades no valor de R\$ 78.092,88, Perdas – falhas em sistemas de TI no valor de R\$ 4.128,19, Perdas – falhas de gerenciamento no valor de R\$ 21.654,35, Isenção de juros – cheques especial plus no valor de R\$ 265.780,85, Isenção de juros – conta garantida plus no valor de R\$ 546.013,81, Contribuição ao fundo de estabilidade no valor de R\$ 345.864,63, Descontos concedidos – crédito pessoal no valor de R\$ 91.593,48, Descontos concedidos – capital de giro no valor de R\$ 197.971,82, Estorno de juros – Outros no valor de R\$ 116.306,64 e Outras despesas operacionais no valor de R\$ 293.750,05.

24. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Lucro em Transações com Valores de Bens	47.560,06	795.039,26
Ganhos de Capital	4.620,05	183.399,62
Ganhos de Aluguéis	700,00	-
Reversão de Provisões não Operacionais	-	281.872,67
Outras Rendas não Operacionais	13.284,26	-
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(46.574,21)	-
(-) Perdas de Capital	(178.345,10)	(356.665,56)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	-	(6.994,50)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(84.886,74)	-
Resultado Líquido	(243.641,68)	896.651,49

25. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas e jurídicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.



a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2019:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	496.027,46	0,12%	13.467,58
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	471.730,32	0,11%	1.921,12
TOTAL	967.757,78	0,24%	15.388,70
Montante das Operações Passivas	4.812.556,21	2,25%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2019:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	32.026,95	1.859,46	1,00%
Conta Garantida	42.616,61	364,68	0,80%
Empréstimo	906.263,79	63.251,06	0,48%
Financiamento	134.819,81	14.632,91	0,38%
Títulos Descontados	30.420,86	339,83	0,14%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.540.758,33	2,63%	0%
Depósitos a Prazo	8.771.477,11	4,07%	0,38%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Desconto de Cheques	1,80%	2,27%
Empréstimos	1,43%	1,40%
Financiamento	0,93%	1,27%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	97,07%	MIN. 88% / MÁX. 105%

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho de Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
Empréstimos e Financiamentos	0,21%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,01%
Aplicações Financeiras	2,25%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	5.000,00
Empréstimo	1.205.786,74
Financiamento	526.880,27



e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

2019	2018
259.533,33	300.923,26

f) No exercício de **2019** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(90.294,78)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(992.320,38)
Encargos Sociais	(6.321,52)

26. Cooperativa Central

A **SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA COOPERATIVA DE CRÉDITO - SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCE E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS - SICOOB UNIMAIS**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB UNIMAIS**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB UNIMAIS** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB UNIMAIS** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

27. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

27.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

27.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

27.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.



27.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

28. Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

29. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência (PR)	47.138.734,13	31.699.796,38
Ativo Ponderado por Risco RWA	281.984.784,04	237.926.267,84
Índice de Basileia - %	16,72%	13,32%
Imobilizado para Cálculo do limite	7.570.950,77	5.538.192,24
Índice de imobilização (limite 50%) - %	16,06%	17,47%



31. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Cíveis	736.251,58	-	391.079,94	-
Trabalhistas	128.447,28	29.640,06	285.831,94	49.000,79
Fiscais	734.459,69	1.916.453,42	1.121.128,43	1.073.417,61
TOTAL	1.599.158,55	1.946.093,48	1.798.040,31	1.122.418,40

a) Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 6.182.429,35, sendo R\$ 4.314.422,31 causas cíveis, R\$ 1.592.507,02 causas tributárias e R\$ 275.500,02 para processos trabalhistas.

Taubaté (SP), 28 de fevereiro de 2020.

EVANDRO JOSÉ GRACHET
DIRETOR ADJUNTO ADMINISTRATIVO

FLÁVIA RUIZ ANDRIAN
CONTADOR 066542/O-2 PR

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA – COOPERATIVA DE CRÉDITO
Taubaté - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA – COOPERATIVA DE CRÉDITO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA – COOPERATIVA DE CRÉDITO em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Perdas acumuladas por incorporação

Chamamos à atenção para a nota explicativa nº 16, item d às demonstrações contábeis, que descreve assunto relacionado ao registro de perdas acumuladas, realizado no exercício de 2017 em função de processo de incorporação de cooperativa, cujo saldo era de R\$ 4.819.375 em 31 de dezembro de 2019 e que tem previsão de compensação com sobras futuras no prazo de 5 anos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o

ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 28 de fevereiro de 2020.



Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo-assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal do **SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA COOPERATIVA DE CRÉDITO**, em reunião realizada no dia **27/01/2020**, em observância ao disposto no artigo 163, da Lei 6404/76, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o relatório anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrados em **31 de DEZEMBRO de 2019**, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstrativo do Resultado do Exercício e demais documentos e informações pertinentes às operações realizadas pela SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA.

Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representantes do **SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA COOPERATIVA DE CRÉDITO**, e tendo em conta, os relatórios e pareceres das auditorias internas realizadas, é de parecer que os citados documentos estão de conformidade com as prescrições legais e reflete adequadamente a posição patrimonial e econômico-financeira da Cooperativa no referido exercício social, razão pela qual, opinam favoravelmente à aprovação de tais documentos pela Assembleia Geral de Cooperados.

Taubaté-SP, 27 de janeiro de 2020.

MEMBROS DO CONSELHO:



Alzira Aparecida Marcondes



Sandra Regina Amaro Amorim



Roseli Cristina Zuin